



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Tribunal Superior do Trabalho	
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 158/2006 (Regido pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos 3.931/2001 e 5.450/2005, e subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)	
Setor:	SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de Serviços de Apoio Técnico especializado, e aquisição de biblioteca de desenvolvimento em JAVA – SDK PKCS#7 para desenvolvimento, implementação e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital em Projetos de Modernização da Justiça do Trabalho
SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES	
Dia:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Hora:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Local:	COMPRASNET.GOV.BR
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
Dia:	Segunda a sexta-feira
Hora:	Das 12h às 18h
Local:	SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 316, Sala de Licitações
CUSTO DO EDITAL IMPRESSO R\$ 0,15 (quinze centavos) por página	

ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO E SEUS ATOS NA INTERNET, NOS SÍTIOS
www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: O PREGOEIRO INFORMA QUE OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO REFERENTES A ESTE PROCEDIMENTO DEVEM SER ENCAMINHADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET, PARA O ENDEREÇO CPL@TST.GOV.BR, CONFORME O ART. 19 DO DECRETO N.º 5.450/2005

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET RETIRE O EDITAL GRATUITAMENTE ACESSANDO OS SÍTIOS www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br
--



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é o registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de Serviços de Apoio Técnico especializado, e aquisição de biblioteca de desenvolvimento em JAVA – SDK PKCS#7 para desenvolvimento, implementação e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital em Projetos de Modernização da Justiça do Trabalho, CATSER: 24511, respeitando as características detalhadas, termos e condições que constam do caderno de especificações técnicas anexo, como também o disposto neste edital e na minuta de contrato que o integra.
- 1.2. A biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7 deverá ser fornecida com todos os itens acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento.
- 1.3. A biblioteca deverá estar acompanhada de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação e outros pertinentes. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.
- 1.4. É necessária a entrega de documentação para cada TRT e TST, contendo: as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc.); acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (web site) do fabricante do equipamento. Esta documentação deve ser entregue junto com a biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7.
- 1.5. Todos os serviços serão acompanhados por profissionais designados pela Justiça do Trabalho e deverão ser capacitados pela CONTRATADA para que possam trabalhar diretamente com a tecnologia de Certificação Digital.
- 1.6. **Saliento que os dois itens devem fazer parte de um lote único, uma vez que a consultoria especializada deverá utilizar a biblioteca de desenvolvimento a ser adquirida.**



ITEM	Subitem	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade a ser registrada	Quantidade a ser adquirido de imediato
1	1.1	Biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7	1	1
	1.2	Horas de consultoria em certificação digital – ICPBrasil	1000	500
CATSER:				

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
- 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TST responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 2.1.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.



- 2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF conforme disposto no § 2º, artigo 3º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.
- 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I, artigo 13 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecidos aos prazos estipulados neste instrumento de convocação, e consignar nos campos apropriados do sistema **marca do produto** ofertado e **preço unitário**, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.
- 4.2. No campo descrição complementar devem ser incluídas tão somente as seguintes informações relativas ao produto ofertado, sob pena de desclassificação:
- 4.2.1. Indicação do fabricante e do modelo ou referência que bem identifique o produto cotado;
- 4.2.2. Prazo para prestação de serviços disponível para início de atividades não superior a 10(dez) dias, contado a partir da assinatura do contrato.
- 4.2.3. Prazo de manutenção e suporte técnico não inferior a 12(doze) meses, contado a partir da data do recebimento definitivo do objeto;



- 4.2.4. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- 4.3. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta à indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 4.4. É facultado ao Pregoeiro a solicitação de amostras referentes aos itens do objeto desta licitação, para verificação das características, devendo ser atendida no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.
- 4.4.1. O licitante com menor preço deverá apresentar uma unidade da biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7 ofertada, acompanhada dos CDs, manuais, guias de instalação e outros documentos necessários para dirimir dúvidas, a fim de que possa ser verificada a conformidade com os atributos técnicos requeridos.
- 4.4.1.1. Local de entrega do exemplar para verificação de conformidade:
- Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Sala 217 - Brasília – DF
CEP: 70.070-600
Telefones: (0xx61) 3314-4474 / 3314-4424
- 4.5. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. A falta desta informação corresponderá à resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.
- 4.6. Serão desclassificadas aquelas propostas que:
- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
 - b) Não atendam às exigências deste edital.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com não mais de duas casas decimais, sob pena de serem truncados e serão irreajustáveis.
- 5.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis.



- 5.2.1. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da data da intimação.

6. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação

- 6.1. A sessão pública desse pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá na data e hora indicados no preâmbulo e obedecerá ao rito estabelecido no Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 6.2. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço e, quando for o caso, seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.2.1. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste instrumento convocatório.
- 6.2.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 6.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.3.2. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.
- 6.3.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 6.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



- 6.5.1. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.5.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.5.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.5.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.5.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.5.8. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 6.5.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.5.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.5.11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



7. Julgamento das Propostas

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.2. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor.
- 7.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.4. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.
- 7.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.6. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos.
- 7.8. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.
- 7.9. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será afastado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 7.11. A empresa vencedora obriga-se, quando solicitado pelo pregoeiro, a encaminhar, no prazo de 1(uma) hora, por meio eletrônico, nova Planilha de Preços, com os valores respectivos readequados ao lance vencedor.
- 7.12. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada até o prazo de 2(dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública.

8. Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere a:
- a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal;
 - c) qualificação econômica e financeira;
 - d) qualificação técnica;
 - e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
 - 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
 - 8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



- 8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
 - 8.3.3.1. certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
 - 8.3.3.2. certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda.
- 8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
 - 8.3.4.1. certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
 - 8.3.4.2. certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036. de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
 - 8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.
- 8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
 - 8.3.6.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o pregoeiro proceder a consulta à Base de dados da Previdência, através da Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS nº 207 de 8 de abril de 1999.



8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a **1 (um)**.

8.4.2.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), no índice referido no item anterior, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido mínimo no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

8.4.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial ou;
- b) publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
- d) por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN n.º 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pelo pregoeiro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.



- 8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante:
- 8.5.1. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação.
- 8.5.1.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando que a empresa forneceu e executou conforme descrito no item 1 do edital.
- 8.6. **O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será comprovado mediante declaração feita pelo interessado ou seu representante legal, em que afirme, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional. Para o efeito de habilitar o licitante, tal declaração considera-se inserta naquela a que se refere o § 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005, feita pelo interessado por ocasião do envio de sua proposta.**
- 8.7. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.7.1. Para confirmação da qualificação técnica das empresas o pregoeiro poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.
- 8.7.2. Serão excluídas da licitação, em qualquer tempo, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.
- 8.7.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.
- 8.7.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes a HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 8.7.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados, inclusive via fax, no prazo de 1(uma) hora contado da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.



- 8.7.6. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.7.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.
- 8.7.8. Caso o licitante seja inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE nº 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.7.9. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 90 (noventa) dias.
- 8.7.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.7.11. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
 - 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24(vinte e quatro) horas.
 - 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, através do endereço indicado na folha de rosto, em mensagens escritas que não podem conter nenhum tipo de



- anexo, sob pena de serem descartadas, assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de forma e conteúdo.
- 9.3. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.9. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Serviço de Licitações e Contratos do TST, sito no SAFS, Quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 316.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após homologado o resultado desta licitação, o TST convocará o proponente vencedor para a assinatura da Ata de Registro de Preços, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignados no edital.
- 10.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, o TST convocará a empresa cujo preço foi registrado para assinatura do instrumento contratual correspondente e a retirada da respectiva nota de empenho.



- 10.3. A convocação de que trata o item 10.1 deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto 5.450/2005.
- 10.4. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada - como solenidade de tratamento recíproco - ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
- 10.5. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando - a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;
- 10.6. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 10.7. O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto do Tribunal, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive, se preciso, fora do expediente normal de trabalho.
- 10.8. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.9. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 10.9.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 10.9.2. seguro garantia;
 - 10.9.3. fiança bancária.
- 10.10. A CONTRATADA deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.1, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 20.4 do edital.
- 10.11. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST;



- 10.12. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a vender os equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.13. É facultado ao TST, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular das condições de habilitação no ato da assinatura da ata de registro de preços ou contrato, ou recusar-se a assiná-los ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.
- 10.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 10.15. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 10.16. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 10.17. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

11. Vigência do Contrato e do Registro de Preços

- 11.1. O registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, contados da data de assinatura da respectiva ata.



- 11.2. O prazo de vigência do instrumento contratual oriundo da presente licitação se inicia na data de sua assinatura, e extingue-se após 90 (noventa) dias do recebimento definitivo do objeto, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 11.3. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

12. Fiscalização da Execução Contratual

- 12.1. A execução das obrigações contratuais objeto deste pregão será fiscalizado, conforme o caso, por um servidor ou por uma Comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores do TST, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 12.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições:
- 12.2.1. Encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à CONTRATADA.
- 12.2.2. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato.
- 12.2.3. Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências verificadas.
- 12.3. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 13.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela Lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:
- 13.1.1. **provisoriamente**, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.
- 13.1.2. **definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento provisório, mediante termo de recebimento definitivo, após comprovação de adequação da solução às cláusulas contratuais.



- 13.2. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características dos serviços prestados e resultados alcançados, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.
- 13.3. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada serviço realizado e produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.
- 13.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.
- 13.5. No caso da realização da consultoria será elaborado um documento contendo o objetivo do uso das horas propostas com a descrição dos resultados para o acompanhamento efetivo da entrega.
- 13.6. A Justiça do Trabalho reterá todos os direitos, propriedades e interesses, incluindo todos os direitos autorais e de propriedade intelectual, sobre quaisquer serviços, programas de computador, suas obras derivadas, ferramentas, bibliotecas e utilitários, executados e desenvolvidos pela CONTRATADA nos termos da prestação de serviços descrita neste pregão.
- 13.7. A contratada deverá, no momento do aceite dos produtos e serviços, disponibilizar à Justiça do Trabalho, sempre que existir, todos os códigos fonte desenvolvidos nos termos da prestação de serviços descrita neste pregão.
- 13.8. Antes de dar início à prestação de serviços descrita neste anexo, a contratada deverá assinar cláusula de confidencialidade, se comprometendo a obedecer as normas e políticas de segurança da Justiça do Trabalho.
- 13.9. Em caso de serviço realizado e entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a Contratada substitua o mesmo, que iniciar-se-á a partir da data do Termo de Recusa de Material. A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.
- 13.10. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o TST a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação



específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14. Condições de Pagamento

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.
 - 14.1.1. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Serviço de Material e Patrimônio, situado no SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.
 - 14.1.2. A Contratada deverá entregar todo o serviço solicitado através da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
 - 14.1.3. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a Contratada fazer a substituição.
- 14.2. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.
- 14.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das



despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajuste dos Preços

- 15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 3.931/2001.
- 15.2. Celebrado um contrato, os preços nele consignados serão fixos e irredutíveis durante toda a sua vigência.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. Executar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso o serviço não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
- 16.2. No caso das atividades exercidas em horas de consultoria com resultado nas aplicações da Justiça do Trabalho o TRT ou TST reserva-se o direito de conferir “a posteriori” os serviços prestados por um período de 30 dias após a entrega e a seu critério cancelar total ou parcial o pagamento relativo ao serviço, caso os serviços prestados não apresentem qualidade/quantidade compatíveis com o solicitado, bem como rejeitar no todo ou em parte dos mesmos sem ônus algum para a Justiça do Trabalho.
- 16.3. O prazo de manutenção e suporte técnico, não inferior a 12 meses, será contado a partir do recebimento definitivo do objeto pelos respectivos TRT ou TST.
- 16.4. Os serviços de manutenção e suporte deverão ser prestados nos locais de instalação da biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7 ou da consultoria realizada, observando as seguintes condições:
- 16.5. Os serviços de manutenção e suporte consistem em atendimentos a dúvidas técnicas sobre o produto e atualizações de versões e reparos em pequenos defeitos;
- 16.6. Os serviços de manutenção e suporte serão realizados em dias úteis, no horário compreendido entre 09:00 (nove) e 18:00 (dezoito) horas, a pedido do TRT ou TST.
- 16.7. O licitante deverá fornecer acesso total ao conteúdo presente em área restrita de suporte no endereço eletrônico (website) do fabricante do equipamento, contemplando



- toda a documentação técnica (guias de instalação/configuração atualizados, FAQ's, com pesquisa efetuada através de ferramentas de busca) e atualizações de todos os componentes da biblioteca ou do sistema adequado em consultoria.
- 16.8. A manutenção e suporte técnico será realizada de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, a pedido do TRT ou TST;
- 16.9. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e por telefone. No caso de abertura através de telefone, o contato será efetuado através de número nacional isento de tarifação telefônica (por exemplo, prefixo 0800), ou números locais em cada município de entrega do sistema; em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em língua portuguesa.
- 16.10. O acesso à área restrita de suporte em endereço eletrônico (website) deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 16.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- 16.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 16.13. A CONTRATADA não será responsável:
- 16.13.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 16.13.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.14. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do TST.



- 17.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
- 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 17.1.4. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato.

18. Alterações na Ata de Registro de Preços

- 18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 18.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TST (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TST (órgão gerenciador) deverá:
 - 18.3.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - 18.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TST (órgão gerenciador) poderá:
 - 18.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - 18.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.5. Não havendo êxito nas negociações, o TST (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19. Cancelamento do Registro de Preços

- 19.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
 - 19.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



- 19.1.2. Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 19.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 19.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.
- 19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 19.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60(sessenta) dias.

20. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 20.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão :
 - 20.1.1. Advertência;
 - 20.1.2. Multa;
 - 20.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
 - 20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 20.2. O atraso injustificado na execução do contrato implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, **calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.**
 - 20.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 20.1.3 e 20.1.4 desse edital, como também a inexecução total do contrato.
- 20.3. A não substituição da nota fiscal, no prazo estipulado, implicará em multa de 10% sobre o valor total do objeto. Ocorrendo a supracitada substituição da nota fiscal, a



- multa por atraso na execução contratual incidirá apenas sobre o montante em litígio; caso contrário, sobre o valor integral da nota de empenho.
- 20.4. O descumprimento do prazo de retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 5 (cinco) anos, a critério da Administração do TST.
- 20.5. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 20.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto 5450/2005.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 20.8.1. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 20.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.



21. Generalidades

- 21.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48.
- 21.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.
- 21.3. Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.
- 21.4. A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos no instrumento convocatório. A aceitação da justificativa ficará a critério do TST ou TRT.
- 21.5. As **amostras** porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até **30 (trinta) dias** após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TST o direito de **utilizá-las, doá-las** ou simplesmente **descartá-las**.
- 21.6. **Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.**
- 21.7. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, exclusivamente através do endereço eletrônico cpl@tst.gov.br.
- 21.8. Esta licitação poderá ser acompanhada através dos sítios www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br, locais onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Brasília, 12/12/2006

Fabiano de Andrade Lima
Pregoeiro



TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)

Contratação de empresa para a prestação de Serviços de Apoio Técnico especializado, e aquisição de biblioteca de desenvolvimento em JAVA – SDK PKCS#7 para desenvolvimento, implementação e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital em Projetos de Modernização da Justiça do Trabalho

1 – MÉTODO, ESTRATÉGIAS, PROCEDIMENTOS E PRAZOS

1.1 – OBJETO:

Para que os sistemas atualmente desenvolvidos e em produção da Justiça do Trabalho possam ser atualizados e suportados para a utilização da certificação digital é recomendado o uso de uma biblioteca de componentes que implemente funções básicas e avançadas de criptografia e PKI e que esteja de acordo com as determinações e resoluções da ICP-Brasil. Ainda, serão necessárias 1000 (mil) horas de consultoria em certificação digital para a adequação de sistemas existentes para uso de certificação digital. Os sistemas da Justiça do Trabalho que serão contemplados para a realização deste projeto:

- a) Sistemas a serem adequados para utilização da Certificação Digital:
 - e-Revista
 - Carta Precatória Eletrônica
 - Gabinete Virtual
 - Aplicação de Portal
 - Sistema Unificado de Apoio Processual
- b) Sistemas que já possuem o uso da certificação digital e que necessitam de suporte e atualizações:
 - e-DOC
 - e-JUS

A seguir, estão especificados benefícios e vantagens do uso da certificação digital a serem alcançados com o projeto:

- A utilização de certificados digitais permite comprovar, a qualquer tempo, a autenticidade e integridade das informações mantidas e trocadas em meio eletrônico, conferindo a elas valor legal;
- Garantia de que documentos trocados em meio eletrônico apenas serão acessados entre as partes determinadas;
- Garantia de não-repúdio de documentos assinados digitalmente;
- Troca de informações segura entre funcionários, juízes, advogados, peritos e partes que interagem com a Justiça do Trabalho, através da Internet ou da rede corporativa;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Adaptar a infra-estrutura dos Tribunais para o gerenciamento seguro do processo digital, assim que este se tornar uma realidade;
- Assinatura digital de acórdãos e outros documentos resultantes das atividades realizadas pelo judiciário trabalhista;
- Controle de acesso com um nível superior de segurança, garantindo acesso aos sistemas apenas a quem é devido;
- Redução no tempo de desenvolvimento e aumento da qualidade dos sistemas desenvolvidos internamente devido ao apoio de consultoria especializada;
- Maior número de funcionários e Magistrados treinados em certificação digital, através dos treinamentos virtuais;
- Possível homologação dos sistemas através do LEA – Laboratório de Ensaios e Auditoria/ITI de acordo com a Resolução 36 de 21 de outubro de 2004.

Em face da necessidade definida no planejamento da execução do Projeto de Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça do Trabalho, para 2006, venho pelo presente, solicitar a V.S^a. as providências necessárias, para aquisição de uma biblioteca para desenvolvimento em JAVA SDK PKCS#7, bem como 1.600 horas de consultoria em certificação digital para a Justiça do Trabalho, na forma especificada no pedido de compra discriminado no quadro demonstrativo abaixo.



ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Biblioteca de Componentes de Certificação Digital

Para que os sistemas atualmente desenvolvidos e em produção possam ser atualizados para a utilização da certificação digital é recomendado o uso de uma biblioteca de componentes que implemente funções básicas e avançadas de criptografia e PKI e que esteja de acordo com as determinações e resoluções da ICP-Brasil. A biblioteca precisa ser compatível com os ambientes atual e futuro do STJ para que não fique desatualizada tecnologicamente em um espaço curto de tempo. O uso da biblioteca tem como objetivo permitir que os técnicos em programação mantenham o foco nas regras do negócio sem gastar esforços de manutenção e evolução das rotinas características da certificação digital.

Características da Biblioteca de Componentes de Certificação Digital

1. Licenciamento

- a) A biblioteca deverá ser fornecida para instalação e funcionamento nas plataformas Windows e Linux, visando ter compatibilidade com os sistemas atuais e futuros da Justiça do Trabalho.
- b) A modalidade de licenciamento deverá permitir a distribuição livre de aplicativos gerados com o uso da biblioteca independente do número de usuários de cada aplicativo, ficando vedada a distribuição apenas da biblioteca.
- c) Não utilizar bibliotecas de terceiros, devendo todos os algoritmos criptográficos utilizados e fornecidos terem sido implementados na própria biblioteca, visando a independência de evolução e correções na biblioteca.
- d) Oferecer garantia de atualização e correção pelo período de 1 ano, contados da data do aceite da biblioteca pela área técnica responsável.

2. Características Técnicas

- a) Estar de acordo com os padrões da ICP-Brasil;
- b) Compatível com o uso de Smart-Card, Token e leitora biométrica;
- c) Autenticação com SSLv3;
 - Cadeia de confiança
 - Validade do certificado
 - Revogação (LCR e/ou OCSP)
 - No caso da ICP-Brasil, se é um certificado de Sigilo
 - Propósito de uso do certificado (Cliente)
 - Tamanho da chave
 - Basic Constraints e Key Usage
 - retorno de um objeto com as informações do certificado, inclusive as informações extras encontradas nos certificados ICP-Brasil
- d) Autenticação Web com Challenge/Response;
 - Criar um challenge no servidor
 - Gerar o response no cliente (assinando digitalmente o challenge)
 - Verificar a assinatura
 - Verificar o certificado no servidor
 - lógica de autenticação
- e) Assinatura de Formulários Web
 - Ler todos os dados do formulário e criar um XML



- Selecionar os certificados disponíveis (inclusive em hardware)
 - Assinar os dados com o certificado selecionado
 - Colocar um timestamp com a data e hora da assinatura
 - Criar um pacote PKCS#7 com o XML, o timestamp e a assinatura
 - Salvar o PKCS#7 no formulário
- f) Padrão para Criptografia e Descriptografia de Formulários Web
- Implementada com um componente (Applet ou ActiveX) e códigos em Javascript e será responsável por facilitar o uso de criptografia em formulários
 - O usuário poderá escolher quais serão os certificados de destino para a criptografia
 - Poderá ser utilizado em conjunto com o de assinatura para a criação de um só pacote PKCS#7 assinado e criptografado.
- g) Assinatura de Arquivos no Browser
- assinatura digital de arquivos que serão enviados para o servidor web via upload (INPUT TYPE='file')
 - Ler o campo do formulário com o caminho do arquivo no disco
 - Selecionar os certificados disponíveis (inclusive em hardware)
 - Ler o arquivo e assinar os dados com o certificado selecionado
 - Colocar um timestamp com a data e hora da assinatura
 - Criar um pacote PKCS#7 com o timestamp e a assinatura
 - Salvar o PKCS#7 no formulário
- h) Verificação de Assinatura Digital no formato PKCS#7 no Servidor
- i) Verificação de Assinaturas Digitais no Browser
- j) Verificação de Assinaturas Digitais no Servidor
- k) Criptografia e Descriptografia de arquivos no Browser
- l) Criptografia e Descriptografia de dados no Browser
- m) Criptografia e Descriptografia de arquivos no Servidor
- n) Criptografia e Descriptografia de dados no Servidor
- o) Geração de e-Mail S/Mime Assinado
- p) Verificação de e-Mail S/Mime
- q) Verificação de Certificado
- r) Consulta de Revogação em LCR e OCSP
- Verificar um certificado na CRL e também manter um cache das LCRs utilizadas para facilitar e acelerar sua utilização
 - Auto-atualização das CRLs no cachê
- s) Parsing de Certificado ICP-Brasil
- Responsável por interpretar um certificado e obter estas informações a partir dos dados do certificado ICP-Brasil.
- t) Gerenciador de Certificados
- Responsável por armazenar os certificados confiáveis, tanto raízes como intermediários, necessário para que outros componentes do sistema possam verificar cadeias de certificação e conhecer quais são os certificados que podem ser utilizados.
- u) Solicitação e Aplicação de Timestamp (Selo Cronológico)
- v) Cálculo de Hash MD5 e SHA-1
- w) Parsing de Certificado PEM e DER
- x) Geração de Chaves RSA, 3DES e AES
- y) Geração de Números Aleatórios
- z) Download de documentos com Interface Gráfica
- aa) Upload de documentos sem Interface Gráfica
- bb) Assinatura de Página HTML



2. Horas de Serviços de Apoio Técnico Especializado para desenvolvimento, implementação e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital em Projetos de Governo Eletrônico.

2.1. 1.600 (MIL e SEISCENTAS) horas, podendo serem utilizadas ao longo de 12 meses, distribuídas em 50 (cinquenta) por cento para o perfil profissional denominado “Especialista Sênior”; 50 (cinquenta) por cento para o perfil profissional denominado “Especialista Pleno”;

2.2. **COMPETÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO DA EMPRESA** - A proponente deverá ser, comprovadamente, empresa especializada e presente no mercado de Segurança da Informação, atuando em projetos de Certificação Digital para a criação e montagem de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-BRASIL e alguma hierarquia privada. Os projetos já desenvolvidos pela proponente no campo da Certificação Digital deverão necessariamente compreender as atividades e competências abaixo relacionadas:

- a) Desenvolvimento e implementação da infra-estrutura necessária para atender as demandas dos ciclos de emissão e de uso de certificados digitais;
- b) Levantamento de Requisitos Técnicos e Funcionais;
- c) Estudos de viabilidade econômica (Custo, Prazo e Qualidade);
- d) Estudos de viabilidade técnica (Análise de benefícios práticos com base nos níveis de segurança adequados para cada um dos projetos);
- e) Planos de Contingência e Análise de Risco de Disponibilidade para sistemas de Missão Crítica;
- f) Elaboração de Projeto Lógico e Físico (Infra-estrutura e Sistemas);
- g) Experiência em desenvolvimento nas plataformas JAVA, J2EE e .NET e, linguagem C++;
- h) Atestados de Capacidade técnica - Desenvolvimento, “Customização”, Testes Funcionais e de Performance de Aplicativos em plataforma Windows (WIN32), Linux e WEB, com implementação de camada de Autenticação Forte de Usuários, Assinatura Digital de Transações e Documentos e, implementação de Selos Cronológicos;
- i) Atestados de capacidade técnica - treinar equipes de desenvolvimento em aplicativos conforme normas e regras técnicas que atendam as especificações mínimas de segurança, exigidas em projetos de Certificação Digital;
- j) Experiência na implantação de soluções de ICP gerenciada para Correio Eletrônico, baseada em protocolo padrão de transmissão de e-mails seguros, S/MIME, especificamente em Servidores Microsoft (Exchange) e IBM (Notes), utilizando certificados digitais padrões ICP-Brasil e outra hierarquia privada.

2.3. Os profissionais a serem alocados nos projetos deverão ter os perfis técnicos: especialista sênior e pleno, conforme especificações a seguir.

Item	Perfil do Profissional	Qtde de horas
------	------------------------	---------------



		proporcionais ao perfil
1	Especialista Sênior	800 (50%)
2	Especialista Pleno	800 (50%)

2.3.1. PERFIL DO PROFISSIONAL TÉCNICO - “ESPECIALISTA SÊNIOR”

Formação:

Nível Superior completo na área de Informática ou administração de Empresas com desejável especialização em Segurança da Informação ou Certificação Digital.

Experiência:

- 05 (cinco) anos, comprovados, gerenciando equipes na implementação de soluções na área de Tecnologia da Informação, sendo que destes, 03 (três) anos no gerenciamento de projetos de Infra-Estrutura de Chaves Públicas.
- Comprovar liderança na implementação de, no mínimo, 05 (cinco) projetos de ICP-Brasil, sendo que destes, somente 01 (um) deve se referir a implementação de solução de Correio Eletrônico, os demais devem mesclar outras soluções ligadas a Certificação Digital.

Conhecimentos Específicos:

- Teoria e utilização da Criptografia simétrica e assimétrica;
- Sólidos conhecimentos em Infra-estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-Brasil e, dos aspectos funcionais e técnicos envolvidos na(o):
 - montagem e funcionamento de uma AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro),
 - preparação e manutenção de documentos contendo os Procedimentos e Políticas de Emissão de Certificados Digitais (PC e DPC);
 - Gerenciamento de Listas de Certificados Revogados (LCR);
 - Utilização de OCSP (On Line Certificate Status Protocol) como recurso para verificação on line na validação de certificados digitais;
 - Desenvolvimento de software específico para controle e verificação de assinatura digital;
 - Desenvolvimento e implementação da certificação digital em soluções de B2B, B2C, redes privadas (VPN), correio eletrônico e serviços WEB (lado cliente e servidor);
- Pleno conhecimento da Legislação brasileira de Certificação Digital (MP-2.200 e suas atualizações);
- Pleno conhecimento da Resolução Nº 36, de 21 de outubro de 2004, que aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil.

2.3.2. PERFIL DO PROFISSIONAL TÉCNICO - “ESPECIALISTA PLENO”

Formação:

Nível Superior completo na área de Informática com desejável especialização em Segurança da Informação.

Experiência:



- a) 03 (cinco) anos, comprovados, em implementação de soluções na área de Tecnologia da Informação, sendo que destes, 01 (um) ano em desenvolvimento de soluções de Segurança da Informação.
- b) Comprovar implementação de, no mínimo, 03 (três) projetos de ICP-Brasil, sendo que destes, somente 01 (um) deve se referir a implementação de solução de Correio Eletrônico, os demais devem mesclar outras soluções declaradas no item 1.4.3 (conhecimentos específicos).

Conhecimentos Específicos:

- Teoria e utilização da Criptografia simétrica e assimétrica;
- Legislação brasileira de Certificação Digital (MP-2.200 e suas atualizações);
- Resolução Nº 36, de 21 de outubro de 2004, que aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil.
- Sólidos conhecimentos no desenvolvimento de aplicações para uso de Certificados digitais utilizando OpenSSL, CAPI (Windows), API's CAPICOM, C++, ASP, JSP, .NET, PHP, JAVASCRIPT e COM+;
- Conhecimentos de programação em ambientes J2EE, .NET e linguagem C++ ;
- Conhecimentos em Projeto e Modelagem de Bancos de Dados Relacionais tais como MS-SQL, ORACLE, DB2, MYSQL, POSTGRESQL etc;
- Conhecimentos em Sistemas Operacionais Windows, Linux e Solaris;
- Conhecimentos avançados na utilização e configuração de SMART CARDS, TOKENS e HSM's nos ambientes operacionais mencionados no item anterior.
- Sólidos conhecimentos em Infra-estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-Brasil, e dos aspectos funcionais e técnicos envolvidos na(o):
 - a) montagem e funcionamento de uma AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro),
 - b) Ciclo de emissão e de uso de certificados digitais;
 - c) Carga e utilização de Listas de Certificados Revogados (LCR);
 - d) Utilização de OCSP (On Line Certificate Status Protocol) como recurso para verificação on line na validação de certificados digitais;
 - e) Desenvolvimento de software específico para controle e verificação de assinatura digital;
 - f) Desenvolvimento e implementação da certificação digital em soluções de B2B, B2C, redes privadas (VPN), correio eletrônico e serviços WEB (lado cliente e servidor).

2.4. CONDUÇÃO DOS PROJETOS A SEREM EXECUTADOS

Simultaneidade:

A contratada deverá ser capaz de executar até 02 (dois) projetos simultaneamente, de pelo menos 40 horas de consultoria por vez.

Disponibilidade de Recursos:

De acordo com as necessidades de serviço de apoio técnico definidas dentro dos projetos, a contratada deverá disponibilizar profissionais com as competências requeridas conforme descrição de cada um dos perfis descritos neste documento.

Para as fases de concepção, de levantamento de necessidades técnicas, de



mapeamento de regras de negócios, de análise de custos, de definição do prazo de execução, de identificação das ferramentas adequadas e aderentes à arquitetura computacional existente, de elaboração de projeto lógico e físico do ambiente e dos sistemas em questão, a contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional com perfil técnico denominado Especialista Sênior.

Para as fases de desenvolvimento e adaptação de aplicativos, configuração de ambiente computacional e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital, a contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional com perfil técnico denominado Especialista Pleno.

2.5. TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Todos os serviços serão acompanhados por profissionais designados pela Justiça do Trabalho e deverão ser capacitados pela CONTRATADA para que possam trabalhar diretamente com a tecnologia de Certificação Digital, utilizando a biblioteca de desenvolvimento adquirida.



ANEXO II – LOCAIS DE ENTREGA

TRT	ENDEREÇO
1ª - RJ	Av. Pres. Antônio Carlos, 251 - CEP 20020-010 – Rio de Janeiro/RJ - PABX (21) 2212 9339
2ª - SP	Rua da Consolação, 1.272 – CEP 01302-906 – São Paulo – SP - PABX (11) 3255 4111
3ª - MG	Av. Getúlio Vargas, 225 - CEP 30112-900 – Belo Horizonte/MG - PABX (31) 228 7000
4ª - RS	Av. Praia de Belas, 1.100 - CEP 90110-000 – Porto Alegre/RS PABX (51) 3233 3311
5ª - BA	Rua Bela Vista do Cabral, 26/32 Salvador-BA - CEP: 40055-000 - (71) 319 7777
6ª - PE	Rua Av. Martin Luther King, 739 - Cais do Apolo - CEP 50030 - 902 - Recife/PE PABX (81) 3424 5955
7ª - CE	Av. Santos Dumont, 3.384 - CEP 60150-163 - Fortaleza/CE PABX (85) 266 9300
8ª - PA	Travessa D. Pedro I, 746 - CEP: 66050-100 - Belém/PA PABX (91) 242 7622
9ª - PR	Rua Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010 - Curitiba /PR PABX (41) 310 7000
10ª - DF	Av. W 3 Norte - Q. 513 L. 2 e 3 - CEP 70760 -900 - Brasília /DF PABX (61) 348 1100
11ª - AM	R. Visconde de Porto Alegre, 1.265 CEP69020-130 Manaus /AM PABX (92) 621 7200
12ª - SC	Rua Esteves Júnior, 395 - CEP 88015-530 - Florianópolis / SC PABX (48) 216 4000
13ª - PB	Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n CEP 58013-260 – João Pessoa – PB PABX (83) 214 6000
14ª - RO	Rua Almirante Barroso, 600 CEP: 78916-020 - Porto Velho / RO PABX (69) 224 1012
15ª - Camp	Rua Conceição, 150 CEP:13010-050 - Campinas/ SP PABX (19) 3232 7955
16ª - MA	Av. Senador Vitorino Freire, 2.001 CEP 65010-650 São Luís / MA PABX (98) 218 9300
17ª - ES	Rua Pietrângelo de Biase, 33 - CEP 29010-190 - Vitória /ES PABX (27)3321 2400
18ª - GO	Rua T29, nº 1043 Setor Bueno, Goiânia-GO - CEP: 74215-050 - (62) 254 3344 Expediente: 8 – 18
19ª AL	Av. da Paz, 2076 Centro, Maceió-AL - CEP: 57020-440 - (82) 216 8299
20ª SE	Av. Rio Branco,168 Centro, Aracaju-SE - CEP: 49010-030 - (79) 211 6126
21ª RN	Av. Capitão-Mor Gouveia, 1.738 - CEP 59063-400 - Natal/RN - PABX (84) 209 3000
22ª PI	Rua 24 de Janeiro, 181 - CEP 64000-230 – Teresina/PI - PABX (86) 221 9595
23ª MT	Av. Fernando Corrêa da Costa, 1682, Jardim Tropical, Cuiabá-MT - CEP: 78.065-000 (65) 318 4100
24ª MS	Rua Jornalista Belizário Lima, 418, Vila Glória – Campo Grande-MS - CEP: 79004-270 – (67) 721 1771



CONTRATO PE-158/2006 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO E FORNECIMENTO DE BIBLIOTECA DE DESENVOLVIMENTO EM JAVA SDK PKCS#7 PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL (Processo TST n.º 158.625/2006-5).

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3314-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, **GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO**.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede, CEP, telefone (xx), fax (xx), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

Este contrato fundamenta-se:

- I -** no Pregão Eletrônico n.º 158/2006, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005;
- II -** nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a)** constem no Processo Administrativo TST n.º 158.625/2006-5;
 - b)** não contrariem o interesse público;
- III -** nas determinações das Leis n.ºs 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV -** nos preceitos de direito público;
- V -** supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio técnico especializado e o fornecimento de biblioteca de desenvolvimento em JAVA - SDK PKCS#7 para desenvolvimento, implementação e operacionalização da tecnologia de certificação digital em projetos de modernização da Justiça do Trabalho, respeitando as características detalhadas, termos e condições constantes no caderno de especificações técnicas anexo, no edital de licitação e neste contrato, conforme o quadro abaixo:

Item	Subitem	Especificação	Quantidade
1	1.1	Biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7	
	1.2	Horas de consultoria em certificação digital – ICPBrasil	

Subcláusula primeira. A biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7 deverá ser fornecida com todos os itens acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento.

Subcláusula segunda. A biblioteca deverá estar acompanhada de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação e outros pertinentes em sua forma original, pois não serão aceitas cópias de qualquer tipo.

Subcláusula terceira. Junto com a biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7, é necessária a entrega, para cada TRT e para o TST, de documentação que contenha informações necessárias à abertura de chamados por telefone, e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc), assim como ao acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (*web site*) do fabricante do equipamento.

Subcláusula quarta. Todos os serviços deverão ser acompanhados por profissionais designados pela Justiça do Trabalho, devendo estes ser capacitados pela Contratada para que possam trabalhar diretamente com a tecnologia de certificação digital.

Subcláusula quinta. Os dois itens devem fazer parte de um lote único, uma vez que a consultoria especializada deverá utilizar a biblioteca de desenvolvimento a ser adquirida.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os serviços de assistência técnica (suporte/manutenção) deverão ser prestados nos locais de instalação da biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7 ou da consultoria realizada.

Subcláusula primeira. Os serviços de suporte/manutenção consistem em atendimentos a dúvidas técnicas sobre o produto e atualizações de versões e reparos em pequenos defeitos.

Subcláusula segunda. Os serviços de suporte/manutenção serão realizados em dias úteis, no horário compreendido entre 8:00h e 18:00h, a pedido do TRT ou do TST.



Subcláusula terceira. A Contratada deverá fornecer acesso total ao conteúdo presente em área restrita de suporte no endereço eletrônico (*website*) do fabricante do equipamento, contemplando toda a documentação técnica (guias de instalação/configuração atualizados, FAQs, com pesquisa efetuada através de ferramentas de busca) e atualizações de todos os componentes da biblioteca ou do sistema adequado em consultoria.

Subcláusula quarta. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e/ou por telefone, e, neste caso, deverá ser realizado através de número nacional isento de tarifação telefônica (prefixo 0800, por exemplo), ou números locais em cada município de entrega do sistema, e o atendimento deverá ser realizado em português.

Subcláusula quinta. O acesso à área restrita de suporte em endereço eletrônico (*website*) deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO OBJETO

Os serviços executados e os produtos fornecidos terão garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo em cada TRT ou no TST, independentemente do prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é **R\$** (.....).

Subcláusula única. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, inclusive as relativas aos serviços de assistência técnica (suporte/manutenção).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irredutíveis, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, condicionados à apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização.

Subcláusula primeira. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues,



exclusivamente, no Serviço de Material e Patrimônio, situado no SAFS, Quadra 8, Lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

Subcláusula segunda. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

Subcláusula terceira. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Subcláusula quarta. A Contratada deverá entregar todo o serviço solicitado através da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Subcláusula quinta. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na nota de empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a Contratada fazer a substituição.

Subcláusula sexta. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

Subcláusula sétima. A Contratada deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, fornecida pela SRP, com exigência prevista no art. 523 da IN MPS/SRP n.º 3, de 14/7/2005;
- II - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- III - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

Subcláusula oitava. Se a validade dos documentos estiver expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa



....., nota de empenho, emitida em, no valor de R\$
.....

CLÁUSULA DEZ - DOS PRAZOS

Para a perfeita execução deste contrato, a Contratada deverá obedecer ao seguinte prazo:

- I - 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato, para o início das atividades.

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

Subcláusula segunda. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

CLÁUSULA ONZE - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- I - provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações;
- II - definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento provisório, mediante termo de recebimento definitivo, após comprovação de adequação da solução às cláusulas deste contrato.

Subcláusula primeira. Após o recebimento provisório, a Fiscalização avaliará as características dos serviços prestados e dos resultados alcançados, para identificar eventuais problemas; em caso de conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

Subcláusula segunda. No caso das atividades exercidas em horas de consultoria com resultado nas aplicações da Justiça do Trabalho, o TRT ou o TST reserva-se o direito de conferir *a posteriori* os serviços prestados por um período de 30 (trinta) dias após a entrega, e a seu critério cancelar total ou parcialmente o pagamento relativo ao serviço, caso os serviços prestados não apresentem qualidade/quantidade compatíveis com o solicitado, bem como rejeitá-los no todo ou em parte sem ônus algum para a Justiça do Trabalho.



Subcláusula terceira. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada serviço realizado assim como do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

Subcláusula quarta. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, os prazos de recebimento serão interrompidos, e o pagamento ficará suspenso até que seja sanada a situação.

Subcláusula quinta. Em caso de serviço realizado e entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela Fiscalização para que a Contratada o substitua, prazo este que se iniciará a partir da data do Termo de Recusa de Material, no qual a Contratada ficará obrigada a refazer, às suas expensas, o serviço que vier a ser recusado.

Subcláusula sexta. No caso da realização da consultoria será elaborado um documento contendo o objetivo do uso das horas propostas com a descrição dos resultados para o acompanhamento efetivo da entrega.

Subcláusula sétima. A Justiça do Trabalho reterá todos os direitos, propriedades e interesses, incluindo todos os direitos autorais e de propriedade intelectual sobre quaisquer serviços, programas de computador, suas obras derivadas, ferramentas, bibliotecas e utilitários, executados e desenvolvidos pela Contratada nos termos da prestação de serviços descrita neste contrato e no edital.

Subcláusula oitava. A Contratada deverá, no momento do aceite dos produtos e serviços, disponibilizar à Justiça do Trabalho, sempre que existirem, todos os códigos-fonte desenvolvidos nos termos da prestação de serviços descrita neste contrato e no edital.

Subcláusula nona. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DOZE - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Os produtos e serviços constantes neste contrato serão fiscalizados, conforme o caso, por servidor ou por uma comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores do Contratante, doravante denominada Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;



- II - acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo da execução e indicar as ocorrências verificadas;
- III - encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos que relacionem as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à Contratada.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA TREZE – GARANTIA AO CONTRATO

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, os quais deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual, impreterivelmente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do instrumento contratual, sob pena de ser-lhe imputada multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

Subcláusula segunda. É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, cuja liberação está condicionada ao término das obrigações contratuais com o Contratante.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a enviar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I - executar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta;
- II - responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- III - responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que



forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

Subcláusula primeira. A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

Subcláusula segunda. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA QUINZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Contratante;
- II - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- III - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Subcláusula única. Após a assinatura do contrato, o Contratante designará, formalmente, servidor ou comissão de servidores para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da cláusula doze.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA.

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado na execução do contrato implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.



Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. A não-substituição da nota fiscal no prazo estipulado implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto. Ocorrendo a supracitada substituição da nota fiscal, a multa por atraso na execução contratual incidirá apenas sobre o montante em litígio; caso contrário, sobre o valor integral da nota de empenho.

Subcláusula quarta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula quinta. Aquele que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

Subcláusula sexta. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula sétima. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do Contratante, na forma da lei.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.



CLÁUSULA VINTE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.



Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de de 2006.

CONTRATANTE**CONTRATADA**



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 Biblioteca de Componentes de Certificação Digital

Para que os sistemas atualmente desenvolvidos e em produção possam ser atualizados para a utilização da certificação digital é recomendado o uso de uma biblioteca de componentes que implemente funções básicas e avançadas de criptografia e PKI e que esteja de acordo com as determinações e resoluções da ICP-Brasil. A biblioteca precisa ser compatível com os ambientes atual e futuro do STJ para que não fique desatualizada tecnologicamente em um espaço curto de tempo. O uso da biblioteca tem como objetivo permitir que os técnicos em programação mantenham o foco nas regras do negócio sem gastar esforços de manutenção e evolução das rotinas características da certificação digital.

Características da Biblioteca de Componentes de Certificação Digital

1. Licenciamento

- a) A biblioteca deverá ser fornecida para instalação e funcionamento nas plataformas Windows e Linux, visando ter compatibilidade com os sistemas atuais e futuros da Justiça do Trabalho.
- b) A modalidade de licenciamento deverá permitir a distribuição livre de aplicativos gerados com o uso da biblioteca independente do número de usuários de cada aplicativo, ficando vedada a distribuição apenas da biblioteca.
- c) Não utilizar bibliotecas de terceiros, devendo todos os algoritmos criptográficos utilizados e fornecidos terem sido implementados na própria biblioteca, visando a independência de evolução e correções na biblioteca.
- d) Oferecer garantia de atualização e correção pelo período de 1 ano, contados da data do aceite da biblioteca pela área técnica responsável.

2. Características Técnicas

- a) Estar de acordo com os padrões da ICP-Brasil;
- b) Compatível com o uso de Smart-Card, Token e leitora biométrica;
- c) Autenticação com SSLv3;
 - Cadeia de confiança
 - Validade do certificado
 - Revogação (LCR e/ou OCSP)
 - No caso da ICP-Brasil, se é um certificado de Sigilo
 - Propósito de uso do certificado (Cliente)
 - Tamanho da chave
 - Basic Constraints e Key Usage
 - retorno de um objeto com as informações do certificado, inclusive as informações extras encontradas nos certificados ICP-Brasil
- d) Autenticação Web com Challenge/Response;
 - Criar um challenge no servidor
 - Gerar o response no cliente (assinando digitalmente o challenge)
 - Verificar a assinatura
 - Verificar o certificado no servidor



- lógica de autenticação
- e) Assinatura de Formulários Web
 - Ler todos os dados do formulário e criar um XML
 - Selecionar os certificados disponíveis (inclusive em hardware)
 - Assinar os dados com o certificado selecionado
 - Colocar um timestamp com a data e hora da assinatura
 - Criar um pacote PKCS#7 com o XML, o timestamp e a assinatura
 - Salvar o PKCS#7 no formulário
- f) Padrão para Criptografia e Descriptografia de Formulários Web
 - Implementada com um componente (Applet ou ActiveX) e códigos em Javascript e será responsável por facilitar o uso de criptografia em formulários
 - O usuário poderá escolher quais serão os certificados de destino para a criptografia
 - Poderá ser utilizado em conjunto com o de assinatura para a criação de um só pacote PKCS#7 assinado e criptografado.
- g) Assinatura de Arquivos no Browser
 - assinatura digital de arquivos que serão enviados para o servidor web via upload (INPUT TYPE='file')
 - Ler o campo do formulário com o caminho do arquivo no disco
 - Selecionar os certificados disponíveis (inclusive em hardware)
 - Ler o arquivo e assinar os dados com o certificado selecionado
 - Colocar um timestamp com a data e hora da assinatura
 - Criar um pacote PKCS#7 com o timestamp e a assinatura
 - Salvar o PKCS#7 no formulário
- h) Verificação de Assinatura Digital no formato PKCS#7 no Servidor
- i) Verificação de Assinaturas Digitais no Browser
- j) Verificação de Assinaturas Digitais no Servidor
- k) Criptografia e Descriptografia de arquivos no Browser
- l) Criptografia e Descriptografia de dados no Browser
- m) Criptografia e Descriptografia de arquivos no Servidor
- n) Criptografia e Descriptografia de dados no Servidor
- o) Geração de e-Mail S/Mime Assinado
- p) Verificação de e-Mail S/Mime
- q) Verificação de Certificado
- r) Consulta de Revogação em LCR e OCSP
 - Verificar um certificado na CRL e também manter um cache das LCRs utilizadas para facilitar e acelerar sua utilização
 - Auto-atualização das CRLs no cachê
- s) Parsing de Certificado ICP-Brasil
 - Responsável por interpretar um certificado e obter estas informações a partir dos dados do certificado ICP-Brasil.
- t) Gerenciador de Certificados
 - Responsável por armazenar os certificados confiáveis, tanto raízes como intermediários, necessário para que outros componentes do sistema possam verificar cadeias de certificação e conhecer quais são os certificados que podem ser utilizados.



- u) Solicitação e Aplicação de Timestamp (Selo Cronológico)
- v) Cálculo de Hash MD5 e SHA-1
- w) Parsing de Certificado PEM e DER
- x) Geração de Chaves RSA, 3DES e AES
- y) Geração de Números Aleatórios
- z) Download de documentos com Interface Gráfica
- aa) Upload de documentos sem Interface Gráfica
- bb) Assinatura de Página HTML

2 Horas de Serviços de Apoio Técnico Especializado para desenvolvimento, implementação e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital em Projetos de Governo Eletrônico.

2.1 1.600 (MIL e SEISCENTAS) horas, podendo serem utilizadas ao longo de 12 meses, distribuídas em 50 (cinquenta) por cento para o perfil profissional denominado "Especialista Sênior"; 50 (cinquenta) por cento para o perfil profissional denominado "Especialista Pleno";

2.2 **COMPETÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO DA EMPRESA** - A proponente deverá ser, comprovadamente, empresa especializada e presente no mercado de Segurança da Informação, atuando em projetos de Certificação Digital para a criação e montagem de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-BRASIL e alguma hierarquia privada. Os projetos já desenvolvidos pela proponente no campo da Certificação Digital deverão necessariamente compreender as atividades e competências abaixo relacionadas:

- a) Desenvolvimento e implementação da infra-estrutura necessária para atender as demandas dos ciclos de emissão e de uso de certificados digitais;
- b) Levantamento de Requisitos Técnicos e Funcionais;
- c) Estudos de viabilidade econômica (Custo, Prazo e Qualidade);
- d) Estudos de viabilidade técnica (Análise de benefícios práticos com base nos níveis de segurança adequados para cada um dos projetos);
- e) Planos de Contingência e Análise de Risco de Disponibilidade para sistemas de Missão Crítica;
- f) Elaboração de Projeto Lógico e Físico (Infra-estrutura e Sistemas);
- g) Experiência em desenvolvimento nas plataformas JAVA, J2EE e .NET e, linguagem C++;
- h) Atestados de Capacidade técnica - Desenvolvimento, "Customização", Testes Funcionais e de Performance de Aplicativos em plataforma Windows (WIN32), Linux e WEB, com implementação de camada de Autenticação Forte de Usuários, Assinatura Digital de Transações e Documentos e, implementação de Selos Cronológicos;
- i) Atestados de capacidade técnica - treinar equipes de desenvolvimento em aplicativos conforme normas e regras técnicas que atendam as especificações mínimas de segurança, exigidas em projetos de Certificação Digital;



- j) Experiência na implantação de soluções de ICP gerenciada para Correio Eletrônico, baseada em protocolo padrão de transmissão de e-mails seguros, S/MIME, especificamente em Servidores Microsoft (Exchange) e IBM (Notes), utilizando certificados digitais padrões ICP-Brasil e outra hierarquia privada.

2.3 Os profissionais a serem alocados nos projetos deverão ter os perfis técnicos: especialista sênior e pleno, conforme especificações a seguir.

Item	Perfil do Profissional	Qtde de horas proporcionais ao perfil
1	Especialista Sênior	800 (50%)
2	Especialista Pleno	800 (50%)

2.3.1 PERFIL DO PROFISSIONAL TÉCNICO - "ESPECIALISTA SÊNIOR"

Formação:

Nível Superior completo na área de Informática ou administração de Empresas com desejável especialização em Segurança da Informação ou Certificação Digital.

Experiência:

- a) 05 (cinco) anos, comprovados, gerenciando equipes na implementação de soluções na área de Tecnologia da Informação, sendo que destes, 03 (três) anos no gerenciamento de projetos de Infra-Estrutura de Chaves Públicas.
- b) Comprovar liderança na implementação de, no mínimo, 05 (cinco) projetos de ICP-Brasil, sendo que destes, somente 01 (um) deve se referir a implementação de solução de Correio Eletrônico, os demais devem mesclar outras soluções ligadas a Certificação Digital.

Conhecimentos Específicos:

- Teoria e utilização da Criptografia simétrica e assimétrica;
- Sólidos conhecimentos em Infra-estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-Brasil e, dos aspectos funcionais e técnicos envolvidos na(o):
 - a) montagem e funcionamento de uma AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro);
 - b) preparação e manutenção de documentos contendo os Procedimentos e Políticas de Emissão de Certificados Digitais (PC e DPC);
 - c) Gerenciamento de Listas de Certificados Revogados (LCR);
 - d) Utilização de OCSP (On Line Certificate Status Protocol) como recurso para verificação on line na validação de certificados digitais;
 - e) Desenvolvimento de software específico para controle e verificação de assinatura digital;
 - f) Desenvolvimento e implementação da certificação digital em soluções de B2B, B2C, redes privadas (VPN), correio eletrônico e serviços WEB (lado cliente e servidor);



- Pleno conhecimento da Legislação brasileira de Certificação Digital (MP-2.200 e suas atualizações);
- Pleno conhecimento da Resolução Nº 36, de 21 de outubro de 2004, que aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil.

2.3.2 PERFIL DO PROFISSIONAL TÉCNICO - "ESPECIALISTA PLENO"

Formação:

Nível Superior completo na área de Informática com desejável especialização em Segurança da Informação.

Experiência:

- a) 03 (cinco) anos, comprovados, em implementação de soluções na área de Tecnologia da Informação, sendo que destes, 01 (um) ano em desenvolvimento de soluções de Segurança da Informação.
- b) Comprovar implementação de, no mínimo, 03 (três) projetos de ICP-Brasil, sendo que destes, somente 01 (um) deve se referir a implementação de solução de Correio Eletrônico, os demais devem mesclar outras soluções declaradas no item 1.4.3 (conhecimentos específicos).

Conhecimentos Específicos:

- Teoria e utilização da Criptografia simétrica e assimétrica;
- Legislação brasileira de Certificação Digital (MP-2.200 e suas atualizações);
- Resolução Nº 36, de 21 de outubro de 2004, que aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil.
- Sólidos conhecimentos no desenvolvimento de aplicações para uso de Certificados digitais utilizando OpenSSL, CAPI (Windows), API's CAPICOM, C++, ASP, JSP, .NET, PHP, JAVASCRIPT e COM+;
- Conhecimentos de programação em ambientes J2EE, .NET e linguagem C++ ;
- Conhecimentos em Projeto e Modelagem de Bancos de Dados Relacionais tais como MS-SQL, ORACLE, DB2, MYSQL, POSTGRESQL etc;
- Conhecimentos em Sistemas Operacionais Windows, Linux e Solaris;
- Conhecimentos avançados na utilização e configuração de SMART CARDS, TOKENS e HSM's nos ambientes operacionais mencionados no item anterior.
- Sólidos conhecimentos em Infra-estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-Brasil, e dos aspectos funcionais e técnicos envolvidos na(o):
 - a) montagem e funcionamento de uma AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro),
 - b) Ciclo de emissão e de uso de certificados digitais;
 - c) Carga e utilização de Listas de Certificados Revogados (LCR);



- d) Utilização de OCSP (On Line Certificate Status Protocol) como recurso para verificação on line na validação de certificados digitais;
- e) Desenvolvimento de software específico para controle e verificação de assinatura digital;
- f) Desenvolvimento e implementação da certificação digital em soluções de B2B, B2C, redes privadas (VPN), correio eletrônico e serviços WEB (lado cliente e servidor).

2.4 CONDUÇÃO DOS PROJETOS A SEREM EXECUTADOS

Simultaneidade:

A contratada deverá ser capaz de executar até 02 (dois) projetos simultaneamente, de pelo menos 40 horas de consultoria por vez.

Disponibilidade de Recursos:

De acordo com as necessidades de serviço de apoio técnico definidas dentro dos projetos, a contratada deverá disponibilizar profissionais com as competências requeridas conforme descrição de cada um dos perfis descritos neste documento.

Para as fases de concepção, de levantamento de necessidades técnicas, de mapeamento de regras de negócios, de análise de custos, de definição do prazo de execução, de identificação das ferramentas adequadas e aderentes à arquitetura computacional existente, de elaboração de projeto lógico e físico do ambiente e dos sistemas em questão, a contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional com perfil técnico denominado Especialista Sênior.

Para as fases de desenvolvimento e adaptação de aplicativos, configuração de ambiente computacional e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital, a contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional com perfil técnico denominado Especialista Pleno.

2.5 TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Todos os serviços serão acompanhados por profissionais designados pela Justiça do Trabalho e deverão ser capacitados pela CONTRATADA para que possam trabalhar diretamente com a tecnologia de Certificação Digital, utilizando a biblioteca de desenvolvimento adquirida.



ANEXO II – LOCAIS DE ENTREGA

TRT	ENDEREÇO
1ª - RJ	Av. Pres. Antônio Carlos, 251 - CEP 20020-010 – Rio de Janeiro/RJ - PABX (21) 2212 9339
2ª - SP	Rua da Consolação, 1.272 – CEP 01302-906 – São Paulo – SP - PABX (11) 3255 4111
3ª - MG	Av. Getúlio Vargas, 225 - CEP 30112-900 – Belo Horizonte/MG - PABX (31) 228 7000
4ª - RS	Av. Praia de Belas, 1.100 - CEP 90110-000 – Porto Alegre/RS PABX (51) 3233 3311
5ª - BA	Rua Bela Vista do Cabral, 26/32 Salvador-BA - CEP: 40055-000 - (71) 319 7777
6ª - PE	Rua Av. Martin Luther King, 739 - Cais do Apolo - CEP 50030 - 902 - Recife/PE PABX (81) 3424 5955
7ª - CE	Av. Santos Dumont, 3.384 - CEP 60150-163 - Fortaleza/CE PABX (85) 266 9300
8ª - PA	Travessa D. Pedro I, 746 - CEP: 66050-100 - Belém/PA PABX (91) 242 7622
9ª - PR	Rua Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010 - Curitiba /PR PABX (41) 310 7000
10ª - DF	Av. W 3 Norte - Q. 513 L. 2 e 3 - CEP 70760 -900 - Brasília /DF PABX (61) 348 1100
11ª - AM	R. Visconde de Porto Alegre, 1.265 CEP69020-130 Manaus /AM PABX (92) 621 7200
12ª - SC	Rua Esteves Júnior, 395 - CEP 88015-530 - Florianópolis / SC PABX (48) 216 4000
13ª - PB	Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n CEP 58013-260 – João Pessoa – PB PABX (83) 214 6000
14ª - RO	Rua Almirante Barroso, 600 CEP: 78916-020 - Porto Velho / RO PABX (69) 224 1012
15ª - Camp	Rua Conceição, 150 CEP:13010-050 - Campinas/ SP PABX (19) 3232 7955
16ª - MA	Av. Senador Vitorino Freire, 2.001 CEP 65010-650 São Luís / MA PABX (98) 218 9300
17ª - ES	Rua Pietrângelo de Biase, 33 - CEP 29010-190 - Vitória /ES PABX (27)3321 2400
18ª - GO	Rua T29, nº 1043 Setor Bueno, Goiânia-GO - CEP: 74215-050 - (62) 254 3344 Expediente: 8 – 18
19ª AL	Av. da Paz, 2076 Centro, Maceió-AL - CEP: 57020-440 - (82) 216 8299
20ª SE	Av. Rio Branco,168 Centro, Aracaju-SE - CEP: 49010-030 - (79) 211 6126
21ª RN	Av. Capitão-Mor Gouveia, 1.738 - CEP 59063-400 - Natal/RN - PABX (84) 209 3000
22ª PI	Rua 24 de Janeiro, 181 - CEP 64000-230 – Teresina/PI - PABX (86) 221 9595
23ª MT	Av. Fernando Corrêa da Costa, 1682, Jardim Tropical, Cuiabá-MT - CEP: 78.065-000 (65) 318 4100
24ª MS	Rua Jornalista Belizário Lima, 418, Vila Glória – Campo Grande-MS - CEP: 79004-270 – (67) 721 1771



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE-158/2006

No dia ____ de _____ de 2006, no Tribunal Superior do Trabalho, registra-se o preço da empresa abaixo identificada, para eventual prestação de serviços de apoio técnico especializado e fornecimento de biblioteca de desenvolvimento em JAVA SDK PKCS#7, conforme especificações técnicas anexas, resultante do Pregão Eletrônico n.º 158/2006 para Sistema de Registro de Preços. Os termos da proposta constante no processo administrativo TST n.º 158.625/2006-5 integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

Este registro de preços tem a vigência de 1 ano, até ____ de _____ de 2007.

ITEM	Subitem	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Pedido Inicial	Preço Unitário
1	1.1	Biblioteca de desenvolvimento JAVA SDK PKCS#7	1	1	
	1.2	Horas de consultoria em certificação digital – ICPBrasil	1000	500	
Empresa vencedora: CNPJ: Endereço: CEP Telefone: (..) Fax: (..) E-mail:.....					

Gustavo Caribé de Carvalho
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa
Tribunal Superior do Trabalho

Nome
Cargo
Empresa

Fabiano de Andrade Lima
Diretor do Serviço de Licitações e Contratos
Tribunal Superior do Trabalho



ANEXO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 Biblioteca de Componentes de Certificação Digital

Para que os sistemas atualmente desenvolvidos e em produção possam ser atualizados para a utilização da certificação digital é recomendado o uso de uma biblioteca de componentes que implemente funções básicas e avançadas de criptografia e PKI e que esteja de acordo com as determinações e resoluções da ICP-Brasil. A biblioteca precisa ser compatível com os ambientes atual e futuro do STJ para que não fique desatualizada tecnologicamente em um espaço curto de tempo. O uso da biblioteca tem como objetivo permitir que os técnicos em programação mantenham o foco nas regras do negócio sem gastar esforços de manutenção e evolução das rotinas características da certificação digital.

Características da Biblioteca de Componentes de Certificação Digital

1. Licenciamento

- a) A biblioteca deverá ser fornecida para instalação e funcionamento nas plataformas Windows e Linux, visando ter compatibilidade com os sistemas atuais e futuros da Justiça do Trabalho.
- b) A modalidade de licenciamento deverá permitir a distribuição livre de aplicativos gerados com o uso da biblioteca independente do número de usuários de cada aplicativo, ficando vedada a distribuição apenas da biblioteca.
- c) Não utilizar bibliotecas de terceiros, devendo todos os algoritmos criptográficos utilizados e fornecidos terem sido implementados na própria biblioteca, visando a independência de evolução e correções na biblioteca.
- d) Oferecer garantia de atualização e correção pelo período de 1 ano, contados da data do aceite da biblioteca pela área técnica responsável.

2. Características Técnicas

- a) Estar de acordo com os padrões da ICP-Brasil;
- b) Compatível com o uso de Smart-Card, Token e leitora biométrica;
- c) Autenticação com SSLv3;
 - Cadeia de confiança
 - Validade do certificado
 - Revogação (LCR e/ou OCSP)
 - No caso da ICP-Brasil, se é um certificado de Sigilo
 - Propósito de uso do certificado (Cliente)
 - Tamanho da chave
 - Basic Constraints e Key Usage
 - retorno de um objeto com as informações do certificado, inclusive as informações extras encontradas nos certificados ICP-Brasil
- d) Autenticação Web com Challenge/Response;
 - Criar um challenge no servidor
 - Gerar o response no cliente (assinando digitalmente o challenge)
 - Verificar a assinatura



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

3

- Verificar o certificado no servidor
- lógica de autenticação
- e) Assinatura de Formulários Web
 - Ler todos os dados do formulário e criar um XML
 - Selecionar os certificados disponíveis (inclusive em hardware)
 - Assinar os dados com o certificado selecionado
 - Colocar um timestamp com a data e hora da assinatura
 - Criar um pacote PKCS#7 com o XML, o timestamp e a assinatura
 - Salvar o PKCS#7 no formulário
- f) Padrão para Criptografia e Descriptografia de Formulários Web
 - Implementada com um componente (Applet ou ActiveX) e códigos em Javascript e será responsável por facilitar o uso de criptografia em formulários
 - O usuário poderá escolher quais serão os certificados de destino para a criptografia
 - Poderá ser utilizado em conjunto com o de assinatura para a criação de um só pacote PKCS#7 assinado e criptografado.
- g) Assinatura de Arquivos no Browser
 - assinatura digital de arquivos que serão enviados para o servidor web via upload (INPUT TYPE='file')
 - Ler o campo do formulário com o caminho do arquivo no disco
 - Selecionar os certificados disponíveis (inclusive em hardware)
 - Ler o arquivo e assinar os dados com o certificado selecionado
 - Colocar um timestamp com a data e hora da assinatura
 - Criar um pacote PKCS#7 com o timestamp e a assinatura
 - Salvar o PKCS#7 no formulário
- h) Verificação de Assinatura Digital no formato PKCS#7 no Servidor
- i) Verificação de Assinaturas Digitais no Browser
- j) Verificação de Assinaturas Digitais no Servidor
- k) Criptografia e Descriptografia de arquivos no Browser
- l) Criptografia e Descriptografia de dados no Browser
- m) Criptografia e Descriptografia de arquivos no Servidor
- n) Criptografia e Descriptografia de dados no Servidor
- o) Geração de e-Mail S/Mime Assinado
- p) Verificação de e-Mail S/Mime
- q) Verificação de Certificado
- r) Consulta de Revogação em LCR e OCSP
 - Verificar um certificado na CRL e também manter um cache das LCRs utilizadas para facilitar e acelerar sua utilização
 - Auto-atualização das CRLs no cachê
- s) Parsing de Certificado ICP-Brasil
 - Responsável por interpretar um certificado e obter estas informações a partir dos dados do certificado ICP-Brasil.
- t) Gerenciador de Certificados
 - Responsável por armazenar os certificados confiáveis, tanto raízes como intermediários, necessário para que outros componentes do sistema possam



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

4

verificar cadeias de certificação e conhecer quais são os certificados que podem ser utilizados.

- u) Solicitação e Aplicação de Timestamp (Selo Cronológico)
- v) Cálculo de Hash MD5 e SHA-1
- w) Parsing de Certificado PEM e DER
- x) Geração de Chaves RSA, 3DES e AES
- y) Geração de Números Aleatórios
- z) Download de documentos com Interface Gráfica
- aa) Upload de documentos sem Interface Gráfica
- bb) Assinatura de Página HTML

2 Horas de Serviços de Apoio Técnico Especializado para desenvolvimento, implementação e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital em Projetos de Governo Eletrônico.

2.1 1.600 (MIL e SEISCENTAS) horas, podendo serem utilizadas ao longo de 12 meses, distribuídas em 50 (cinquenta) por cento para o perfil profissional denominado "Especialista Sênior"; 50 (cinquenta) por cento para o perfil profissional denominado "Especialista Pleno";

2.2 **COMPETÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO DA EMPRESA** - A proponente deverá ser, comprovadamente, empresa especializada e presente no mercado de Segurança da Informação, atuando em projetos de Certificação Digital para a criação e montagem de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-BRASIL e alguma hierarquia privada. Os projetos já desenvolvidos pela proponente no campo da Certificação Digital deverão necessariamente compreender as atividades e competências abaixo relacionadas:

- a) Desenvolvimento e implementação da infra-estrutura necessária para atender as demandas dos ciclos de emissão e de uso de certificados digitais;
- b) Levantamento de Requisitos Técnicos e Funcionais;
- c) Estudos de viabilidade econômica (Custo, Prazo e Qualidade);
- d) Estudos de viabilidade técnica (Análise de benefícios práticos com base nos níveis de segurança adequados para cada um dos projetos);
- e) Planos de Contingência e Análise de Risco de Disponibilidade para sistemas de Missão Crítica;
- f) Elaboração de Projeto Lógico e Físico (Infra-estrutura e Sistemas);
- g) Experiência em desenvolvimento nas plataformas JAVA, J2EE e .NET e, linguagem C++;
- h) Atestados de Capacidade técnica - Desenvolvimento, "Customização", Testes Funcionais e de Performance de Aplicativos em plataforma Windows (WIN32), Linux e WEB, com implementação de camada de Autenticação Forte de Usuários, Assinatura Digital de Transações e Documentos e, implementação de Selos Cronológicos;



- i) Atestados de capacidade técnica - treinar equipes de desenvolvimento em aplicativos conforme normas e regras técnicas que atendam as especificações mínimas de segurança, exigidas em projetos de Certificação Digital;
- j) Experiência na implantação de soluções de ICP gerenciada para Correio Eletrônico, baseada em protocolo padrão de transmissão de e-mails seguros, S/MIME, especificamente em Servidores Microsoft (Exchange) e IBM (Notes), utilizando certificados digitais padrões ICP-Brasil e outra hierarquia privada.

2.3 Os profissionais a serem alocados nos projetos deverão ter os perfis técnicos: especialista sênior e pleno, conforme especificações a seguir.

Item	Perfil do Profissional	Qtde de horas proporcionais ao perfil
1	Especialista Sênior	800 (50%)
2	Especialista Pleno	50%)

2.3.1 PERFIL DO PROFISSIONAL TÉCNICO - "ESPECIALISTA SÊNIOR"

Formação:

Nível Superior completo na área de Informática ou administração de Empresas com desejável especialização em Segurança da Informação ou Certificação Digital.

Experiência:

- a) 05 (cinco) anos, comprovados, gerenciando equipes na implementação de soluções na área de Tecnologia da Informação, sendo que destes, 03 (três) anos no gerenciamento de projetos de Infra-Estrutura de Chaves Públicas.
- b) Comprovar liderança na implementação de, no mínimo, 05 (cinco) projetos de ICP-Brasil, sendo que destes, somente 01 (um) deve se referir a implementação de solução de Correio Eletrônico, os demais devem mesclar outras soluções ligadas a Certificação Digital.

Conhecimentos Específicos:

- Teoria e utilização da Criptografia simétrica e assimétrica;
- Sólidos conhecimentos em Infra-estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-Brasil e, dos aspectos funcionais e técnicos envolvidos na(o):
 - a) montagem e funcionamento de uma AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro),
 - b) preparação e manutenção de documentos contendo os Procedimentos e Políticas de Emissão de Certificados Digitais (PC e DPC);
 - c) Gerenciamento de Listas de Certificados Revogados (LCR);
 - d) Utilização de OCSP (On Line Certificate Status Protocol) como recurso para verificação on line na validação de certificados digitais;
 - e) Desenvolvimento de software específico para controle e verificação de assinatura digital;



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

6

- f) Desenvolvimento e implementação da certificação digital em soluções de B2B, B2C, redes privadas (VPN), correio eletrônico e serviços WEB (lado cliente e servidor);
- Pleno conhecimento da Legislação brasileira de Certificação Digital (MP-2.200 e suas atualizações);
- Pleno conhecimento da Resolução Nº 36, de 21 de outubro de 2004, que aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil.

2.3.2 PERFIL DO PROFISSIONAL TÉCNICO - "ESPECIALISTA PLENO"

Formação:

Nível Superior completo na área de Informática com desejável especialização em Segurança da Informação.

Experiência:

- a) 03 (cinco) anos, comprovados, em implementação de soluções na área de Tecnologia da Informação, sendo que destes, 01 (um) ano em desenvolvimento de soluções de Segurança da Informação.
- b) Comprovar implementação de, no mínimo, 03 (três) projetos de ICP-Brasil, sendo que destes, somente 01 (um) deve se referir a implementação de solução de Correio Eletrônico, os demais devem mesclar outras soluções declaradas no item 1.4.3 (conhecimentos específicos).

Conhecimentos Específicos:

- Teoria e utilização da Criptografia simétrica e assimétrica;
- Legislação brasileira de Certificação Digital (MP-2.200 e suas atualizações);
- Resolução Nº 36, de 21 de outubro de 2004, que aprova o regulamento para homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil.
- Sólidos conhecimentos no desenvolvimento de aplicações para uso de Certificados digitais utilizando OpenSSL, CAPI (Windows), API's CAPICOM, C++, ASP, JSP, .NET, PHP, JAVASCRIPT e COM+;
- Conhecimentos de programação em ambientes J2EE, .NET e linguagem C++ ;
- Conhecimentos em Projeto e Modelagem de Bancos de Dados Relacionais tais como MS-SQL, ORACLE, DB2, MYSQL, POSTGRESQL etc;
- Conhecimentos em Sistemas Operacionais Windows, Linux e Solaris;
- Conhecimentos avançados na utilização e configuração de SMART CARDS, TOKENS e HSM's nos ambientes operacionais mencionados no item anterior.
- Sólidos conhecimentos em Infra-estrutura de Chaves Públicas, padrão ICP-Brasil, e dos aspectos funcionais e técnicos envolvidos na(o):
 - a) montagem e funcionamento de uma AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro),
 - b) Ciclo de emissão e de uso de certificados digitais;



- c) Carga e utilização de Listas de Certificados Revogados (LCR);
- d) Utilização de OCSP (On Line Certificate Status Protocol) como recurso para verificação on line na validação de certificados digitais;
- e) Desenvolvimento de software específico para controle e verificação de assinatura digital;
- f) Desenvolvimento e implementação da certificação digital em soluções de B2B, B2C, redes privadas (VPN), correio eletrônico e serviços WEB (lado cliente e servidor).

2.4 CONDUÇÃO DOS PROJETOS A SEREM EXECUTADOS

Simultaneidade:

A contratada deverá ser capaz de executar até 02 (dois) projetos simultaneamente, de pelo menos 40 horas de consultoria por vez.

Disponibilidade de Recursos:

De acordo com as necessidades de serviço de apoio técnico definidas dentro dos projetos, a contratada deverá disponibilizar profissionais com as competências requeridas conforme descrição de cada um dos perfis descritos neste documento.

Para as fases de concepção, de levantamento de necessidades técnicas, de mapeamento de regras de negócios, de análise de custos, de definição do prazo de execução, de identificação das ferramentas adequadas e aderentes à arquitetura computacional existente, de elaboração de projeto lógico e físico do ambiente e dos sistemas em questão, a contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional com perfil técnico denominado Especialista Sênior.

Para as fases de desenvolvimento e adaptação de aplicativos, configuração de ambiente computacional e operacionalização da Tecnologia de Certificação Digital, a contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional com perfil técnico denominado Especialista Pleno.

2.5 TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Todos os serviços serão acompanhados por profissionais designados pela Justiça do Trabalho e deverão ser capacitados pela CONTRATADA para que possam trabalhar diretamente com a tecnologia de Certificação Digital, utilizado a biblioteca de desenvolvimento adquirida.